



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
TECNOLOGIA, INFRAESTRUTURA E
TERRITÓRIO (ILATIT)**

GEOGRAFIA – BACHARELADO

**A CONSTRUÇÃO DA USINA DE ITAIPU E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO
DE URBANIZAÇÃO EM FOZ DO IGUAÇU: O CASO DA VILA C**

GUILHERME SCHUCK

Foz do Iguaçu
2024



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
TECNOLOGIA, INFRAESTRUTURA E TERRITÓRIO
(ILATIT)**

GEOGRAFIA - BACHARELADO

A CONSTRUÇÃO DA USINA DE ITAIPU E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM FOZ DO IGUAÇU: O CASO DA VILA C

GUILHERME SCHUCK

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Leandro Trevisan

Foz do Iguaçu
2024

GUILHERME SCHUCK

**A CONSTRUÇÃO DA USINA DE ITAIPU E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE
URBANIZAÇÃO EM FOZ DO IGUAÇU: O CASO DA VILA C:**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura, e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Leandro Trevisan
UNILA

Prof.^a Dra. Andrea Maio Ortigara
UNILA

Prof. Dr. Marcelo Augusto Rocha
UNILA

Foz do Iguaçu, 26 de abril de 2024.

Dedico este trabalho a meu pai Luiz Schuck

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a minha mãe, Hilda Schuck, meu irmão Eduardo Schuck e minha irmã, Cláudia Schuck, meus cunhados Carlos Henrique Damin e Jefferson Fortunato, todos esses que me apoiaram nos momentos fora da faculdade e de alguma forma me ajudaram a seguir com a graduação. Agradeço aos meus colegas do curso de Geografia, em especial, Bruno Sammogini e Kayo Marco de Souza Balthazar que estiveram comigo desde o começo e me ajudaram em todos os momentos durante a graduação, seja em aula ou até em momentos pessoais fora dela, sem a amizade, apoio e a parceria deles em todos esses momentos eu não teria chegado até essa etapa de conclusão do curso. Também, agradeço o meu professor orientador Leandro Trevisan, pela sua orientação neste trabalho. Por fim, gostaria de agradecer a banca examinadora pela leitura do meu TCC.

“Esse é o grande mistério das cidades: elas crescem e se modificam, guardando, porém, sua alma profunda apesar das transformações do seu conteúdo demográfico, econômico e da diversificação de suas pedras”
Milton Santos

RESUMO

O tardio processo de urbanização no Brasil comparado aos países do centro do sistema capitalista contrasta com a acelerada expansão urbana ocorrida no século XX. Esse processo ocorreu deixando muitos rastros de desigualdade e problemas sociais decorrentes de um planejamento urbano que não era próprio para comportar o rápido crescimento das cidades, nem abarcar o conjunto da sociedade brasileira. Fruto da relação entre Brasil e Paraguai, nasce o projeto da construção de uma usina hidrelétrica em um ponto específico do Rio Paraná. Após estudos sobre a viabilidade do referido projeto, conclui-se que a área localizada em Foz do Iguaçu é propícia para efetivação da proposta, assim dando início à construção da usina, tal como a fundação da Itaipu Binacional. A Itaipu influenciou na organização do espaço urbano de Foz do Iguaçu com a criação das vilas A, B e C, designadas para os diferentes cargos de trabalhadores envolvidos no projeto e execução das obras da hidrelétrica. O projeto da usina trouxe benefícios para Foz do Iguaçu, entretanto, também afetou negativamente algumas camadas da população, contribuindo, assim, com a desigualdade socioespacial no município.

Palavras-chave: Foz do Iguaçu; Itaipu; Urbanização; Usos do Território; Desigualdade Social.

RESUMEN

El tardío proceso de urbanización de Brasil contrasta con la rápida expansión urbana que tuvo lugar en el siglo XX. Este proceso dejó muchas huellas de desigualdad y problemas sociales como resultado de una planificación urbana que no fue adecuada para el rápido crecimiento de las ciudades ni para abarcar a toda la sociedad brasileña. Como resultado de la relación entre Brasil y Paraguay, nació el proyecto de construir una central hidroeléctrica en un punto específico del río Paraná. Después de estudios sobre la viabilidad del proyecto, se llegó a la conclusión de que la zona situada en Foz do Iguaçu era favorable para la propuesta, por lo que se inició la construcción de la central, así como la fundación de Itaipú Binacional. Itaipú influyó en la organización del espacio urbano de Foz do Iguaçu con la creación de las villas A, B y C, designadas para los diferentes cargos de los trabajadores involucrados en el proyecto y ejecución de la central hidroeléctrica. El proyecto de la central ha aportado beneficios a Foz do Iguaçu, pero también ha afectado negativamente a algunos sectores de la población, contribuyendo así a la desigualdad socio espacial en el municipio.

Palabras clave: Foz do Iguaçu; Itaipú; Urbanización; Uso del suelo; Desigualdad social.

ABSTRACT

The late process of urbanization in Brazil contrasts with the rapid urban expansion that took place in the 20th century. This process left many traces of inequality and social problems as a result of urban planning that was not designed to cope with the rapid growth of cities, nor to encompass the whole of Brazilian society. As a result of the relationship between Brazil and Paraguay, the project to build a hydroelectric power station at a specific point on the Paraná River was born. Following studies into the feasibility of the project, it was concluded that the area located in Foz do Iguaçu was suitable for the proposal, and so the construction of the plant began, as did the founding of Itaipu Binacional. Itaipu influenced the organization of Foz do Iguaçu's urban space with the creation of the neighborhoods called Vila A, B and C, designated for the different positions of workers involved in the design and execution of the hydroelectric plant project and construction. The power plant project has brought benefits to Foz do Iguaçu, but it has also negatively affected some sections of the population, thus contributing to socio-spatial inequality in the municipality.

Key words: Foz do Iguaçu; Itaipu; Urbanization; Land use; Social inequality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Taxa de urbanização das regiões brasileiras	17
Figura 2 – Taxa de urbanização brasileira	18
Figura 3 – Bairro Paraisópolis, São Paulo em 2004	22
Figura 4 – Mapa do estado do Paraná, 1948	23
Figura 5 – Cartaz do programa Marcha para o Oeste	26
Figura 6 – Localização de Foz do Iguacu no Estado do Paraná	33
Figura 7 – Ponte da Amizade em construção, 1961	35
Figura 8 – Aduana Brasileira anos 1960	36
Figura 9 – Foz do Iguaçu na década de 1970	40
Figura 10 – Localização da Vila C na cidade de Foz do Iguaçu	42
Figura 11 – Vila C durante a construção da Usina Itaipu	44
Figura 12 – Loteamento na Vila C	47
Figura 13 – Residência localizada na Vila C	47

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Capítulo 01 — O Processo de Urbanização e os Usos do Território Brasileiro	16
1.1 - Considerações sobre a Urbanização Brasileira	16
1.1.1 - A Urbanização e os Usos do Território	20
1.2 - A Ocupação e Urbanização da Região Oeste do Paraná	22
1.3 - A Lógica da Cidade e da Urbanização Corporativa no Período atual	29
Capítulo 02 — A Urbanização de Foz Do Iguaçu.....	32
2.1 — A Vila Iguassu.....	32
2.2 — A Ponte da Amizade e a Aceleração do Crescimento de Foz do Iguaçu.....	34
2.3 — O Projeto e Construção da Usina de Itaipu	38
Capítulo 03 — Organização e Funcionamento da Vila C.....	42
3.1 – A Construção das Vilas A, B e C.....	42
3.2 — O Funcionamento da Vila C Durante a Construção da Usina.....	43
3.3 — A Luta dos Trabalhadores para sua Permanência na Vila C	45
3.4 — A Atual Vila C, “Nova” e “Velha”	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50

INTRODUÇÃO

A urbanização brasileira é algo recente, considerando que esse processo ocorreu de forma tardia, apenas tendo sua consolidação no século XX. Também, ligado à urbanização, tivemos o processo de industrialização do país ocorrendo tardiamente em relação aos países do centro do sistema capitalista. Esses dois processos estão conectados e representam parte da dinâmica de desenvolvimento econômico e social que nos traz até os dias atuais, com as cidades contemporâneas e uma organização do espaço urbano tomando uma complexidade cada vez maior.

Essa ocorrência tardia dos processos de urbanização e de industrialização está atrelada a vários fatores. Colonizado por Portugal, que tinha um sistema político-administrativo que favorecia os proprietários de terras e as elites rurais, o Brasil adotava a economia colonial, que era centrada no campo, e baseada na exportação de produtos primários, como açúcar, café e ouro, o que diminuía o papel das cidades (exceção feita àquelas que serviam de elo com a metrópole europeia). Portanto, de certa forma, a colonização portuguesa, ao centrar a economia no campo, acabou por frear a evolução da urbanização do território brasileiro.

O Brasil é um país com extensas dimensões territoriais e com importantes diferenças regionais. O interior do país era, em maior parte, inacessível e pouco povoado até o século XX, quando foram construídas novas estradas, ferrovias e usinas hidrelétricas. A distribuição desigual de recursos e oportunidades em todo o país criou desigualdades e conflitos regionais que interferiram no processo de urbanização

A urbanização do Brasil foi acompanhada por enormes problemas sociais, como pobreza, desigualdade, violência etc. Muitos migrantes rurais que se mudaram para as cidades enfrentaram desemprego, discriminação e marginalização. Eles geralmente se estabeleciam em comunidades informais chamadas favelas, que careciam de serviços básicos e infraestrutura. A população urbana pobre também sofria com condições precárias de saúde, educação e saneamento. O Estado não conseguiu lidar com o crescimento urbano rápido e caótico e não conseguiu efetuar planejamento, regulamentação e investimento adequados a toda população.

Nesse contexto temos Foz do Iguaçu, que primeiramente era uma colônia militar, sendo um distrito do município de Guarapuava, até se emancipar e virar o município de Vila Iguaçu, e em 1918 passa finalmente a se denominar Foz do Iguaçu.

A construção de rodovias e asfaltamento de estradas que eram muito precárias, contando com apenas duas ruas asfaltadas neste seu início, ajudaram a impulsionar seu crescimento.

Assim, a intensificação do crescimento do município, propriamente dita, ocorreu com a inauguração da Ponte Internacional da Amizade (que liga Brasil e Paraguai) no ano de 1965 e a inauguração da BR-277, que liga Foz do Iguaçu a Curitiba e ao litoral paranaense. Assim, já em 1969, Foz do Iguaçu experimentou um crescimento decorrente do comércio.

O ambicioso projeto de construção da Usina Itaipu teve seus primeiros avanços e estudos ocorrendo na década de 1960, com Brasil e Paraguai analisando o potencial hidráulico que existia na região do Rio Paraná que corre pelo limite internacional entre os dois países. Após se notar um potencial em vários pontos, nasce a Itaipu Binacional em 1974. Assim, na metade da década de 1970, ocorre o início da construção e realização do projeto em si, culminando com a inauguração já no ano de 1984. Contudo, esse projeto teve várias fases e só foi terminado em 2016, conforme o plano de ter 20 unidades geradoras de energia.

A construção da hidrelétrica trouxe desdobramentos para a cidade de Foz do Iguaçu e região, mudando totalmente o caminho em que seguiu o crescimento da cidade. O município, que primeiramente tinha uma população mais enxuta, cresce de maneira acelerada após todas as mudanças decorrentes da construção da usina. Essas mudanças continuam presentes como rugosidades em Foz do Iguaçu.

A construção de alojamentos para os trabalhadores que viriam a trabalhar no projeto é um marco importante, que hoje é um símbolo histórico dentro do PTI (Parque Tecnológico Itaipu), este último nascendo dos barracões onde se alojavam os operários e se expandindo para acomodar e fazer o funcionamento dos serviços tecnológicos da hidrelétrica, assim impulsionando e estimulando o crescimento do município e região.

Foz do Iguaçu foi fortemente moldada por essa época da construção da usina Itaipu, com a construção das Vilas A, B e C. As Vilas A e B foram construídas para que pudessem residir os funcionários que seriam os responsáveis pela manutenção e operação da usina, portanto, as duas acabaram sendo planejadas para serem duradouras e permanecerem após o término da construção, já que esses profissionais teriam que se estabelecer na cidade e ficar próximos à usina (que seria seu local de trabalho fixo).

Quando se trata da Vila C, que fica localizada no norte da cidade, nas proximidades da usina e longe do centro, essa está no centro do tema de análise deste trabalho: a luta dos trabalhadores que realizaram a construção e das suas famílias que ali viviam junto deles. Diferente das Vilas A e B, que foram planejadas para durar após o final da construção da usina, a Vila C foi pensada primeiramente como temporária; assim, a Vila C seria demolida após o término da construção da usina, um fato que pode ser observado quando se analisa a estrutura das construções, mais precárias, que foram planejadas tendo um curto prazo de validade.

A Vila C e seu desenvolvimento são fatores-chave no entendimento desse processo, tal como a luta dos trabalhadores para sua permanência após o fim da construção da Usina de Itaipu. Essa região é rica de contextos históricos que compreendem o processo de urbanização de Foz do Iguaçu, sendo imprescindível que ela seja abordada para se entender a atual organização espacial da cidade.

Foz do Iguaçu segue sendo uma cidade com grande importância em um contexto geral do estado do Paraná e da região Oeste, em particular.

Atualmente, em 2024, os desdobramentos da construção da Usina Itaipu e das Vilas A, B e C estão ainda muito presentes na urbanização de Foz do Iguaçu. Durante os trabalhos de campos realizados na Vila C para esse estudo, se percebeu que ainda existem muitos traços da época da construção de Itaipu, tal como as casas remanescentes com as estruturas mais precárias e padronizadas tanto como as linhas de energia que percorrem a região. As rugosidades se expressam no território tal como as várias questões de desigualdades socioespaciais acarretadas pela construção das Vilas e divisão dos trabalhadores, que ainda assim, anos após a realização do projeto, se fazem presentes.

Isto posto, ressaltamos que o estudo realizado neste trabalho tem como objetivo analisar as dinâmicas urbanas de Foz do Iguaçu sob uma perspectiva geográfica, com ênfase nos impactos sociais e econômicos resultantes dessas transformações. Este estudo aborda a Geografia como uma ciência que compreende as interações entre sociedade e o espaço, destacando como as modificações nos usos do território refletem nas condições e na qualidade de vida das populações urbanas.

A metodologia que foi usada durante o processo de desenvolvimento deste trabalho inclui a revisão bibliográfica, análise de dados secundários e trabalhos de campo na região da Vila C. O estudo revela que a área urbana da região da Vila C

enfrentou diversos desafios relacionados à inclusão social e que, a participação da sua população operária, na luta para integração de políticas urbanas, baseadas em princípios de justiça social durante a construção da usina de Itaipu, foi crucial para promover um desenvolvimento mais equilibrado e reduzir as implicações negativas das transformações espaciais causadas por esse processo. A Geografia, com sua natureza interdisciplinar, fornece as ferramentas essenciais para se compreender e enfrentar esses desafios complexos da urbanização.

CAPÍTULO 01 — O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E OS USOS DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

1.1— CONSIDERAÇÕES SOBRE A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

A urbanização do território brasileiro tem sido um processo multifacetado e dinâmico que se desenvolveu ao longo dos últimos séculos, moldado por uma combinação de fatores históricos, econômicos e sociais. Trata-se de um fenômeno complexo, caracterizado pelo crescimento das cidades, pela expansão das áreas urbanas e pela crescente concentração da população nos centros urbanos. A compreensão da evolução da urbanização no Brasil requer a exploração de vários aspectos inter-relacionados, incluindo contextos históricos, tendências demográficas, iniciativas de planejamento urbano, desenvolvimento econômico, e dinâmicas sociais.

A jornada de urbanização do Brasil pode ser rastreada até o período colonial, quando cidades costeiras como Salvador, Rio de Janeiro e Recife serviram como importantes entrepostos comerciais e centros administrativos sob o domínio português. No entanto, a urbanização ganha impulso em meados do século XIX, com a rápida expansão da produção de café na região sudeste, particularmente nos estados de São Paulo e Minas Gerais.

Com isso, começa a marcar o fim da lógica dos arquipélagos econômicos. O conceito de “arquipélagos econômicos” se refere à ideia de que as regiões economicamente desenvolvidas estão isoladas em meio a regiões menos desenvolvidas, criando ilhas de prosperidade em um oceano de pobreza. Um dos principais motivos para o declínio da lógica dos arquipélagos econômicos foi a modernização (ainda que seletiva) do território.

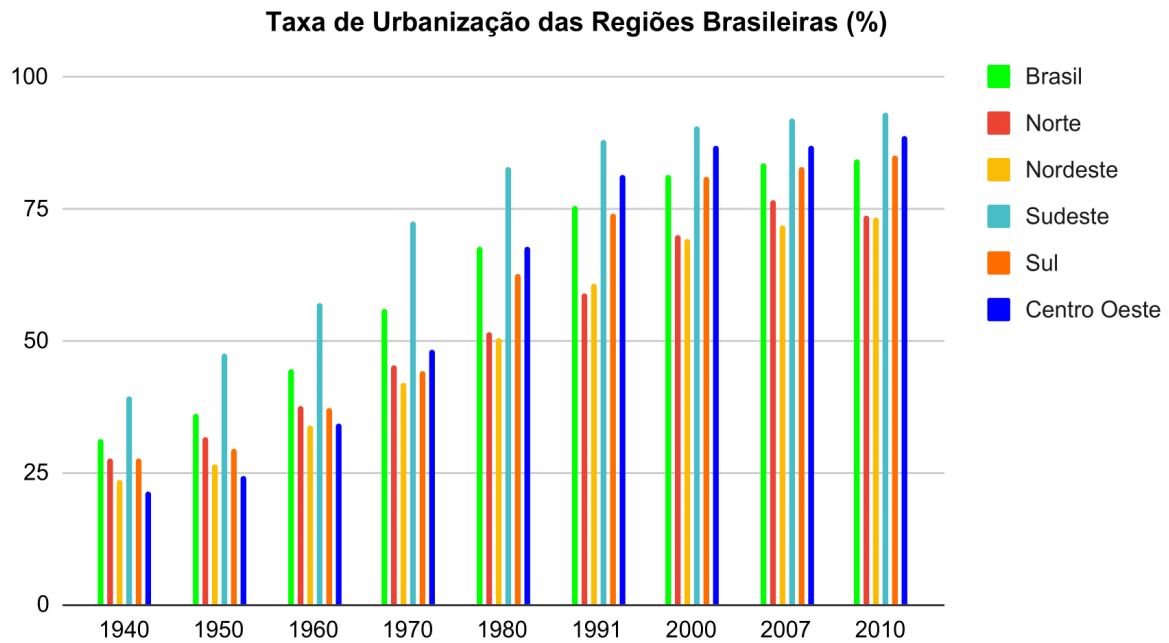
A partir desse momento (e sobretudo ao longo do século XX), São Paulo tornou-se um importante polo industrial e comercial, atraindo migrantes de áreas rurais que buscavam oportunidades de emprego na economia urbana em expansão. Assim, “em pouco mais de uma geração (...), um país predominantemente agrário, transformou-se em um país virtualmente urbanizado” (DEAK, 1999, p.11).

Em meados do século XX, houve uma profunda transformação na paisagem urbana brasileira, impulsionada pela industrialização, pela migração rural-urbana e pelas políticas governamentais de desenvolvimento.

Na década de 1940, se percebe que as taxas de urbanização das regiões brasileiras eram mais próximas, com uma urbanização do Brasil, em geral, mais baixa.

Com o avanço do processo de urbanização essas taxas foram se distanciando. (Figura 1)

Figura 1 – Taxa de urbanização das regiões brasileiras



Fonte dos Dados: ProEnem

Disponível em: <<https://proenem.com.br/enem/geografia/urbanizacao-brasileira/#:~:text=Atualmente%2C%20mais%20de%2080%25%20da>>. Acesso em: 9 jul. 2024.

Elaboração do Gráfico: O autor, 2024

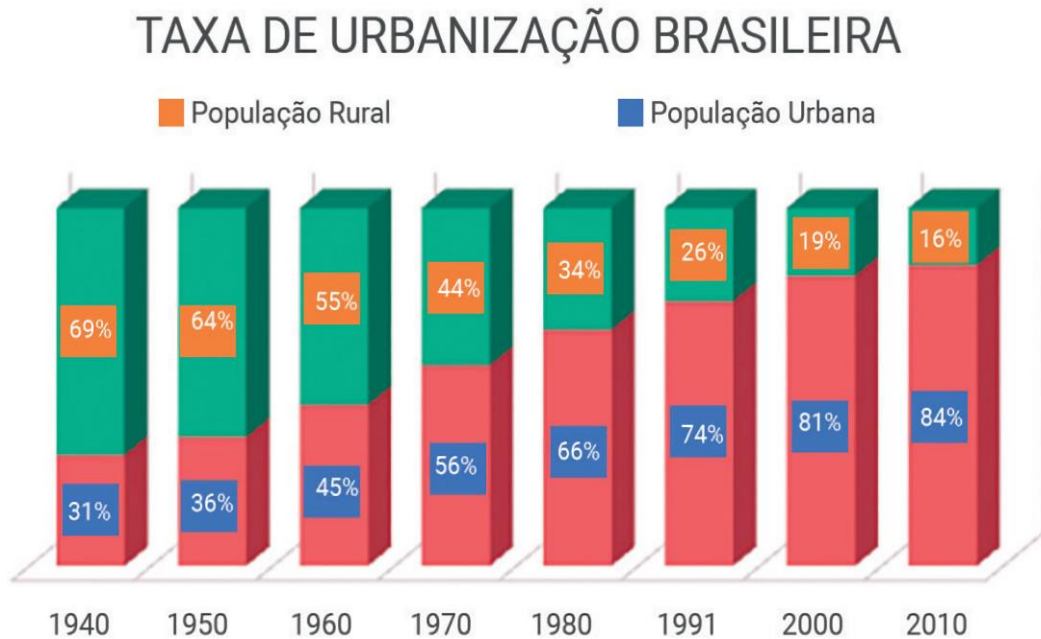
A construção de Brasília, a capital planejada inaugurada em 1960, exemplificou a visão modernista do planejamento urbano e simboliza as aspirações brasileiras de progresso e modernidade. “E, na década 1970-1980, o crescimento numérico da população urbana já era maior que o da população total. O processo de urbanização conhece uma aceleração e ganha novo patamar, consolidado na década seguinte.” (SANTOS, 2005, p. 30).

Ao mesmo tempo, o rápido crescimento populacional e a expansão urbana (com um planejamento privilegiando determinados setores da sociedade) levaram à proliferação de assentamentos informais, ou favelas, nos arredores das cidades, exacerbando as desigualdades sociais. “Tal processo de urbanização ocorre tardia e aceleradamente e geralmente seguindo um planejamento urbano ineficaz, sendo que o fenômeno da periferização e o surgimento das favelas se sucedem à revelia do

poder público” (JÚNIOR, 2014, p.101).

Ao longo da segunda metade do século XX e no início do século XXI, o Brasil viveu uma urbanização contínua (Figura 2) impulsionada por mudanças demográficas, transformações econômicas e a globalização.

Figura 2 – Taxa de urbanização brasileira



Fonte: ProEnem

Disponível em: <<https://proenem.com.br/enem/geografia/urbanizacao-brasileira/#:-:text=Atualmente%2C%20mais%20de%2080%25%20da>>. Acesso em: 9 jul. 2024.

As áreas urbanas tornaram-se polos de atração para migrantes rurais em busca de melhores condições de vida, resultando na expansão de assentamentos informais e na consolidação de regiões metropolitanas. São Paulo, Rio de Janeiro e outras cidades cresceram exponencialmente, enfrentando problemas típicos de uma urbanização corporativa, como falta de moradia, infraestrutura inadequada e exclusão social.

A ideia de que as cidades brasileiras não foram planejadas é falsa. As cidades foram, sim, planejadas. O que vimos ao longo da história, porém, foi um crescimento da população urbana que não foi acompanhado no mesmo ritmo por infraestruturas e serviços capazes de atender a esse contingente. (AZEREDO, 2019).

Segundo Santos (2005, p.9), “mais que a separação tradicional entre um Brasil urbano e um Brasil rural, há, hoje, no país, uma verdadeira distinção entre um Brasil urbano (incluindo áreas agrícolas) e um Brasil agrícola (incluindo áreas urbanas)”.

A dinâmica da urbanização no Brasil, como dito anteriormente, tem sido influenciada por fatores econômicos, incluindo a industrialização, a urbanização do trabalho e a ascensão do setor de serviços (com a concentração dos serviços superiores na metrópole de São Paulo).

Com a diversificação da economia, as cidades tornaram-se centros de comércio, finanças e cultura, atraindo investimentos e fomentando a inovação. No entanto, o crescimento econômico é distribuído desigualmente, conduzindo a disparidades espaciais e à segregação social nas zonas urbanas. “É a camada de mais alta renda que, ao consumir e valorizar de forma diferenciada o espaço urbano, produz a segregação sócio-espacial” (NEGRI, 2010, p.130).

O planejamento urbano e as formas de governo têm desempenhado papéis fundamentais na definição da trajetória da urbanização no Brasil. As políticas governamentais têm variado entre intervenções modernistas de cima para baixo e abordagens participativas, que foram timidamente realizadas em cidades como, por exemplo, Porto Alegre, visando combater a desigualdade social. Iniciativas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o programa habitacional Minha Casa Minha Vida buscaram melhorar a infraestrutura e ampliar o acesso à moradia.

(...) só o poder público pode desapropriar, regular o mercado, criar e gerir as normas de edificação e zoneamento, bem como ações de remoção da população de áreas nobres ou tornadas nobres com a extensão do tecido urbano, de modo a garantir incentivos para que os capitais se reproduzam sem sobressaltos. (CARLOS, 2020, p.420).

Entretanto, a violência urbana, a criminalidade e os desafios relacionados à segurança pública têm representado obstáculos significativos ao desenvolvimento urbano inclusivo e igualitário (sem falar na desigual distribuição de renda).

Em conclusão, o processo de urbanização no Brasil é um fenômeno muito dinâmico e complexo, que foi moldado por legados históricos, forças econômicas e políticas, tal como variadas dinâmicas sociais. À medida que o Brasil continua a se urbanizar, o país enfrenta tanto oportunidades quanto desafios para promover cidades que sejam mais inclusivas, acomodando as necessidades e aspirações de suas

populações diversificadas.

1.1.1 – A URBANIZAÇÃO E OS USOS DO TERRITÓRIO

Em se tratando do tema da urbanização, um conceito que é muito importante a ser trabalhado é o dos usos do território. O território, que para a Geografia, se refere a uma área definida de terra marcada por limites e características específicas, engloba aspectos físicos, políticos, culturais e até psicológicos em um determinado espaço. Este conceito é fundamental para compreender vários aspectos da geografia humana e física e seus usos tornam-se chave para o entendimento do processo de urbanização.

As características físicas, como o terreno, o clima e as características naturais, influenciam a definição dos territórios. Os limites, que são linhas estabelecidas artificialmente, demarcam territórios entre países, estados ou regiões administrativas. Para Santos (1994), o uso do território compreenderia as formas, objetos e ações, reorganizando-o constantemente.

Os usos do território se referem, portanto, ao leque diversificado de ações praticadas pelas sociedades humanas. Este conceito engloba uma vasta gama de atividades, práticas e funções que ocorrem numa área geográfica específica. Compreender os usos do território é crucial para compreender as interações dinâmicas entre as sociedades humanas e o seu ambiente.

O conceito de usos do território analisa as formas multifacetadas como as pessoas atribuem, gerem e adaptam os espaços para diversos fins. Abrange desde as práticas agrícolas, o desenvolvimento urbano e as atividades industriais até as funções recreativas e culturais. Além disso, os usos do território envolvem a conservação de recursos, a criação de infraestruturas e a organização de povoações, que moldam o tecido socioeconômico e cultural de uma região.

(...) o município pode ser considerado um território, mas com múltiplos espaços intraurbanos que expressam diferentes arranjos e configurações socioterritoriais. Os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos. (BRASIL, 2008, p. 54).

Ao examinar os usos do território, os geógrafos adquirem conhecimentos sobre os padrões e processos espaciais que influenciam a organização das sociedades. Isto inclui considerações sobre a acessibilidade, a conectividade e a acessibilidade dos recursos, bem como os impactos destas atividades no ambiente e nos ecossistemas. Além disso, permite a análise da forma como os fatores políticos, econômicos e culturais se cruzam para moldar a disposição espacial das atividades numa determinada área.

A compreensão dos usos do território ajuda a abordar várias questões e desafios geográficos, desde a gestão da terra e a falta de recursos até o planejamento urbano e o desenvolvimento regional. É um aspecto fundamental do estudo das interações entre as sociedades humanas e o seu ambiente, fornecendo uma lente através da qual os geógrafos podem analisar as complexidades da organização espacial e as suas implicações tanto à escala local como global.

A evolução do uso do território em meio à urbanização do Brasil tem uma história que foi tecida em meio a diversas complexidades que foram reflexo das narrativas históricas, econômicas e sociais da nação. À medida que as populações gravitavam em direção aos centros urbanos, estes se transformavam em resposta às demandas crescentes das indústrias, do comércio e da habitação.

À medida que o Brasil embarcou em sua jornada de urbanização, as paisagens agrícolas cederam às pressões da expansão urbana. Os solos férteis que antes alimentavam as plantações renderam-se ao concreto das zonas industriais e dos lotes residenciais. Cidades como São Paulo e Rio de Janeiro floresceram, com seus horizontes pontuando a transformação do interior rural em paisagens urbanas.

O boom industrial de meados do século XX reformulou ainda mais os padrões de uso do território brasileiro. As fábricas surgiram dominando o tecido urbano e alterando a própria essência da cidade. Os campos que antes eram cobertos de vegetação deram lugar ao ruído das máquinas, simbolizando o avanço do Brasil rumo à modernidade e ao crescimento econômico. No entanto, em meio ao clamor do progresso, uma narrativa mais silenciosa se desenrolava. Os assentamentos informais, ou favelas, surgiram como testemunhos da resiliência das comunidades marginalizadas do Brasil (Figura 3). Localizados precariamente em encostas ou escondidos em cantos esquecidos, esses assentamentos falavam muito sobre as inadequações do planejamento urbano e a luta pelo acesso equitativo à terra e à moradia.

Figura 3 – Bairro Paraisópolis, São Paulo em 2004



Fonte: Tuca Vieira (2004)

Disponível em: <https://www.tucavieira.com.br/paraisopolis> Acesso em: 9 de jul. 2024.

À medida que a urbanização avançava, a paisagem tornou-se uma tela sobre a qual foram pintadas as políticas governamentais e as aspirações da sociedade. Os regulamentos de zoneamento delimitaram espaços para a indústria, o comércio e as residências, esforçando-se para pôr ordem na expansão caótica do crescimento urbano.

Em essência, a história do uso do território na urbanização do Brasil é uma história de transformação e adaptação, moldada pelo fluxo e refluxo das aspirações sociais e imperativos econômicos. De campos férteis a metrópoles complexas, o território tem sido o lugar onde se desenrola essa narrativa urbana brasileira, um testemunho da resiliência, da diversidade e da busca permanente por uma sociedade menos desigual.

1.2 – A OCUPAÇÃO E URBANIZAÇÃO DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

Quando se trata da história da região Oeste do Paraná, seu processo de

urbanização se entrelaça em uma narrativa complexa marcada por diferentes ondas de ocupação, projetos governamentais, desenvolvimento econômico e transformações sociais.

Até meados do século XX, a região era dominada por vastas matas nativas e pela presença de variados povos indígenas. A partir da década de 1940, o governo brasileiro, buscando incentivar a ocupação do território e o desenvolvimento nacional, lançou projetos de colonização como o Marcha para o Oeste e a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). “A colonização propriamente oficial no Brasil tem sido promovida por causas de ordem político-militares e econômico-sociais” (SCHALLENBERGER; SCHNEIDER, 2009, p. 165).

A Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) desempenhou um papel importante no processo de colonização do estado do Paraná (Figura 4), particularmente durante o início e meados do século XX.

Figura 4 – Mapa do estado do Paraná, 1948



Fonte: https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-04/mapa1948.pdf Acesso em: 9 de jul. 2024.

Ela adquiriu vastas extensões de terra no norte do Paraná, que foram então organizadas e planejadas para assentamento agrícola. Isso envolveu o levantamento, a demarcação de lotes e o projeto de infraestrutura, como estradas, ferrovias e equipamentos básicos necessários para a habitação humana e a agricultura.

Assim, a CTNP promoveu ativamente a imigração para a região, atraindo

colonos de várias partes do Brasil e de outros países. Esse fluxo de imigrantes contribuiu para a transformação demográfica do norte do Paraná, moldando seu tecido cultural e social.

Também desempenhou um papel crucial na promoção e apoio às atividades agrícolas na região. Isso incluiu o fornecimento de assistência técnica, a introdução de práticas agrícolas modernas e a facilitação do acesso a mercados para produtos agrícolas. Os esforços da empresa contribuíram para o desenvolvimento de um setor agrícola próspero no norte do Paraná, particularmente focado em culturas como café, soja e cana-de-açúcar.

As atividades da CTNP estimularam o crescimento econômico na região, criando oportunidades de emprego, estimulando o comércio e promovendo o desenvolvimento de indústrias e serviços relacionados. Os investimentos da empresa em infraestruturas, tais como redes de transporte e instalações de processamento, apoiaram ainda mais a expansão e diversificação econômicas.

Portanto, a CTNP desempenhou um papel multifacetado na colonização do Paraná, abrangendo a aquisição de terras, planejamento de assentamentos, promoção da imigração, desenvolvimento agrícola, crescimento econômico, investimento em infraestrutura e impacto ambiental. Seu legado continua a moldar a dinâmica socioeconômica da região até hoje.

Essas iniciativas atraíram milhares de migrantes de diversas regiões do Brasil e do exterior, principalmente do sul do país e da Europa. Os colonos enfrentaram desafios como a falta de infraestrutura, doenças e a adaptação a um novo ambiente. Mas, mesmo com essas dificuldades enfrentadas, transformaram a região em um importante polo agropecuário.

A abertura de novas áreas agrícolas, a construção de rodovias e a instalação de empresas impulsionaram o crescimento das cidades de Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo e outras que se destacaram como centros urbanos dinâmicos e polos de desenvolvimento regional.

O processo de urbanização do Oeste do Paraná foi marcado por uma série de características, como por exemplo, um crescimento populacional muito acelerado; a população da região Oeste do Paraná cresceu exponencialmente a partir da década de 1940. Esse crescimento foi impulsionado pela migração interna e internacional, que ocorreu por conta do atrativo das novas oportunidades de trabalho e terra na região nessa época. Também foi observada uma expansão urbana; as cidades da região

Oeste do Paraná expandiram-se rapidamente, ocupando áreas antes destinadas à agricultura e à pecuária. Esse processo foi acompanhado pela construção de novos bairros, loteamentos e infraestrutura urbana.

Com essas mudanças veio a diversificação da economia; neste sentido, a economia da região Oeste do Paraná diversificou-se ao longo do tempo em que esse processo de urbanização foi se desenvolvendo, passando de uma base predominantemente agropecuária para uma economia mais dinâmica e diversificada, com destaque para os setores industrial, comercial e de serviços. Isso ocasionou uma certa melhoria da qualidade de vida da população, com o aumento do acesso à educação, saúde, saneamento básico e outros serviços essenciais que antes eram precários ou inexistentes.

Mas, o processo de urbanização do Oeste do Paraná não foi isento de muitos desafios. A rápida expansão urbana gerou problemas por conta da falta de um planejamento urbano abrangente, causando uma ocupação irregular do solo. No entanto, a região Oeste do Paraná se consolidou como uma região dinâmica e promissora do Brasil mesmo com esses desafios apresentados.

Assim, consideramos que o processo de urbanização da região oeste do Paraná está intrinsecamente relacionado à colonização e ao desenvolvimento dessa área, que começou na década de 1940 como parte da política da "Marcha para o Oeste" promovida pelo governo brasileiro (Figura 5).

Figura 5 – Cartaz do programa Marcha para o Oeste



Fonte: Memorial da Democracia (2024)

Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/e-a-marcha-para-o-oeste>. Acesso em: 9 de jul. 2024.

Os principais agentes desse processo foram as companhias de colonização, que venderam lotes de terra para imigrantes, principalmente do sul do Brasil e da Europa, que estabeleceram fazendas e vilas ao longo das estradas e ferrovias.

Segundo Gregory (2002), as principais colonizadoras que atuaram na região foram: a Madeireira Colonizadora Rio Paraná (MARIPÁ); a Pinho e Terras, com as seções Piquiri, Céu Azul, Porto Mendes e Lopeí; a Industrial Agrícola Bento Gonçalves; a Colonizadora Matelândia; e a Colonizadora Criciúma. Essas companhias foram criadas 'para se dedicarem à exploração da madeira, à mercantilização de terras, ao comércio e à indústria' (GREGORY, 2002, p. 93). Porém, entre todas, a Maripá foi a única a se destacar pela credibilidade (REOLON, 2007, p.52).

O processo de urbanização se acelerou na segunda metade do século XX, quando a região se tornou uma produtora de commodities agrícolas, especialmente

soja, milho, trigo e aves.

A expansão do agronegócio e a integração com os mercados nacional e internacional estimularam o crescimento de centros urbanos, como Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo e Marechal Cândido Rondon.

A Marcha para o Oeste foi uma política pública engendrada pelo governo de Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937–1945) visando desenvolver e integrar as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil. Essas áreas apresentavam, até aquele momento, uma baixa densidade demográfica, bem diferente do que ocorria na região litorânea brasileira que era muito populosa.

No decorrer da ditadura do Estado Novo, o governo de Getúlio Vargas promoveu o projeto “Marcha para o Oeste” que tinha o intuito de realizar a integração econômica das regiões Norte e Centro-Oeste, consideradas, até então, isoladas das outras regiões litorâneas (“Estado Novo e a Marcha para o Oeste”, [s.d.]

No início da década de 1940, praticamente todos os 40 milhões de habitantes do país estavam concentrados ao longo da faixa litorânea, e o interior do próprio país era visto como algo exótico, densamente coberto pelo verde. A região se apresentava no território como uma enorme e inexplorada mancha no território, representando um vazio demográfico. Além do desenvolvimento econômico, havia por trás dessa política a criação de um sentimento de nacionalidade e de pertencimento dessas áreas em toda a população brasileira.

No discurso oficial do Estado Novo, o Brasil Central emergia no imaginário nacional como a materialização de um antigo destino: juntar o litoral e o sertão, sendo este último percebido como uma área geográfica dotada de natureza exuberante, majestosa e com imensas riquezas ainda inexploradas. (“Exposições Virtuais - A Marcha para o Oeste: a conquista do Brasil Central”, [s.d.]

Para empreender esse projeto, Vargas precisava conhecer bem o território a ser integrado. Assim, essa necessidade de conhecimento do território para realização do projeto fez com que se criassem uma série de entidades com o intuito de produzir informações para o desenvolvimento das ações do governo. Entre essas entidades, destacam-se o Conselho Nacional de Geografia, o Conselho Nacional de Cartografia,

o Conselho Nacional de Estatística e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essas agências ajudaram o Estado a formular e implementar políticas destinadas a vencer os "vazios" territoriais e a pouca interação da rede urbana. A forma de integração entre as regiões e as cidades que o governo federal optou naquela ocasião foi o transporte terrestre. Portanto, a criação em 1937 do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) indicou sem dúvida a importância das estradas como instrumento de comunicação entre as regiões e as cidades.

Com a criação do Fundo Rodoviário Nacional em 1937, os Estados passam a receber regularmente verbas específicas destinadas à construção, conservação e melhoramentos das estradas. Para viabilizar a destinação destas verbas era necessário criar repartições estaduais nos moldes do DNER. ("História", [s.d.]

Foi assim que, em 1940, Vargas lançou a chamada "Marcha para o Oeste", como uma diretriz de integração territorial para o país.

No estado do Paraná, a Marcha para o Oeste teve um grande impacto e moldou o processo de urbanização que seguiu. A migração e a ocupação de terras fronteiriças contribuíram para o crescimento populacional e o desenvolvimento de regiões antes pouco exploradas. Nessa realidade, temos o conceito geográfico de vazio demográfico sendo trabalhado, esse que é usado para áreas com baixa densidade demográfica. Essa concepção de "vazio demográfico" foi desafiada, e a colonização pioneira se estabeleceu, transformando o cenário do interior paranaense.

No oeste paranaense se encontravam muitos pontos cruciais que iriam auxiliar no projeto, sendo uma área de fronteira, o Oeste foi um dos últimos territórios paranaenses a serem colonizados por conta do foco na região litorânea. Essa condição de ser uma área de fronteira também auxiliou na parte de identidade nacional do projeto, fazendo com que os paraguaios e argentinos presentes fossem vistos como invasores, aumentando a necessidade de se ocupar esse espaço para o declamar como brasileiro de fato.

Em resumo, a Marcha para o Oeste foi um marco na história brasileira, impulsionando a integração territorial e a ocupação de vastas áreas do país, incluindo o estado do Paraná.

1.3 - A LÓGICA DA CIDADE E DA URBANIZAÇÃO CORPORATIVA NO PERÍODO ATUAL

Quando se trata do meio urbano, compreender a lógica do funcionamento das cidades e da urbanização corporativa implica no aprofundamento na complexa teia de dinâmicas que moldam esse ambiente na nossa sociedade contemporânea capitalista. As cidades não são apenas espaços físicos; são como organismos vivos, em constante evolução em resposta a forças sociais, econômicas, políticas e históricas. Para Harvey (1973, p.34), a cidade seria um “[...] sistema dinâmico complexo no qual a forma espacial e o processo social estão em contínua interação”.

A urbanização corporativa refere-se ao fenômeno em que as empresas desempenham um papel significativo na definição do desenvolvimento e funcionamento das cidades. Isto pode manifestar-se de várias formas, desde influenciar as decisões de planejamento urbano até impulsionar o crescimento econômico e moldar a paisagem urbana através de ações em grande escala. Assim, as cidades se desenvolvem em torno do interesse das empresas, criando diversos problemas para a população que é quem realmente deveria estar presente nas discussões de planejamento urbano. As empresas visam sempre um maior lucro e não uma melhor infraestrutura para os habitantes. O interesse do privado não condiz com as necessidades gerais da população. Segundo Santos (1993, p.101), “[...] pequeno número de grupos com posição dominante no mercado, exerce de fato papel de controle do território, via produção e consumo. Empresas internacionais estão cada vez mais presentes nesse jogo.”

No centro da lógica das cidades está a ideia de complexidade. As cidades são sistemas complexos caracterizados por uma multiplicidade de elementos e processos interligados. Estes elementos incluem infraestruturas, instituições, redes sociais, dinâmicas culturais e atividades econômicas, entre outros. As interações entre estes elementos dão origem a propriedades emergentes, tornando as cidades dinâmicas e imprevisíveis.

A urbanização corporativa aproveita as vantagens oferecidas pelas cidades para as operações comerciais. As empresas são atraídas para as cidades devido ao acesso à mão de obra qualificada, fornecedores, clientes e outras empresas. Além disso, as cidades oferecem frequentemente um ambiente propício às atividades empresariais, com infraestruturas, comodidades e serviços que apoiam as operações corporativas.

No entanto, a urbanização corporativa também apresenta desafios. A urbanização não planejada ou a que privilegia os interesses corporativos pode levar a problemas como a desigualdade e crises de acessibilidade à habitação. Além disso, a influência das empresas no desenvolvimento urbano pode levantar questões sobre a dinâmica do poder, a gestão democrática e a justiça social. As empresas podem dar prioridade aos seus próprios interesses, conduzindo à gentrificação que, por definição seria o

Processo de revitalização econômica e transformação social, com investimento na infraestrutura de uma área urbana de habitação popular, geralmente com sinais de degradação física, o que ocasiona a valorização dos imóveis e aumento do custo de vida, afastando os antigos residentes e comerciantes e atraindo outros com maior poder aquisitivo; enobrecimento de área popular. [Do ingl. gentrification (de gentry, 'pequena nobreza').] ("gentrificação", 2021) Disponível em: <<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/gentrificacao>>. Acesso: 9 de jul. 2024.

Para enfrentar estes desafios devem se fazer presentes os responsáveis pelo planejamento urbano, os órgãos políticos e as comunidades locais para tomar decisões que equilibrem as necessidades das várias partes interessadas. A participação da comunidade no planejamento urbano está diretamente ligada ao conceito de direito à cidade, que segundo Harvey (2008), é o direito de nos mudarmos por meio da mudança da cidade. Isto implica na adoção de práticas que promovam o crescimento inclusivo das cidades e o envolvimento cívico nos processos de planejamento urbano. Também se deve repensar o papel das empresas nas cidades, encorajando que essa cidadania corporativa responsável assegure que as atividades corporativas contribuam para o bem público e não apenas em prol do lucro.

Para Henri LÉFEBVRE, no seu livro *O Direito à Cidade*, de 1968, o urbano seria uma realidade social composta de relações a conceber pelo pensamento. Porém o urbano não poderia ser concebido sem uma base, sem uma morfologia (p.57). (VASCONCELOS, 1999, p. 13)

Essencialmente, a compreensão da lógica das cidades e da urbanização corporativa exige que se lide com a complexidade dos sistemas urbanos e se reconheça a natureza interligada das dinâmicas sociais, econômicas e políticas.

Implica reconhecer as oportunidades e os desafios inerentes à urbanização e esforçar-se por criar cidades que sejam inclusivas e igualitárias.

CAPÍTULO 02 — A URBANIZAÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU

2.1 — A VILA IGUAÇU

Dentro do contexto apresentado no capítulo anterior, temos Foz do Iguaçu, que surge como uma colônia militar, passando a ser um distrito do município de Guarapuava até se emancipar e virar o município de Vila Iguassu, e em 1918 finalmente passa a se denominar Foz do Iguaçu propriamente. “Em 1910 a Colônia Militar passou à condição de Vila Iguassu, distrito do Município de Guarapuava” (DE MARTINS, 2010, p.5).

A construção de rodovias e asfaltamento de estradas que eram muito precárias, contando com apenas duas ruas asfaltadas neste seu início, ajudam a impulsionar o crescimento do município.

Foz do Iguaçu, originalmente conhecida como Vila Iguassu, tem uma rica história que remonta à sua fundação no final do século XIX. Situada na região sudoeste do Brasil, perto das fronteiras com o Paraguai e a Argentina, a área era originalmente habitada por povos indígenas, incluindo os Guarani. O próprio nome "Iguaçu" deriva do termo guarani para "água grande", referindo-se às Cataratas do Iguaçu, nas proximidades.

A fundação de Vila Iguassu ocorreu quando os esforços para colonizar a região ganharam força. O governo brasileiro, buscando afirmar sua soberania sobre os territórios fronteiriços e promover o povoamento, incentivou a imigração europeia para a região. A primeira onda significativa de colonos europeus chegou no final do século XIX, principalmente da Itália, Alemanha e Polônia, em busca de terras e oportunidades econômicas.

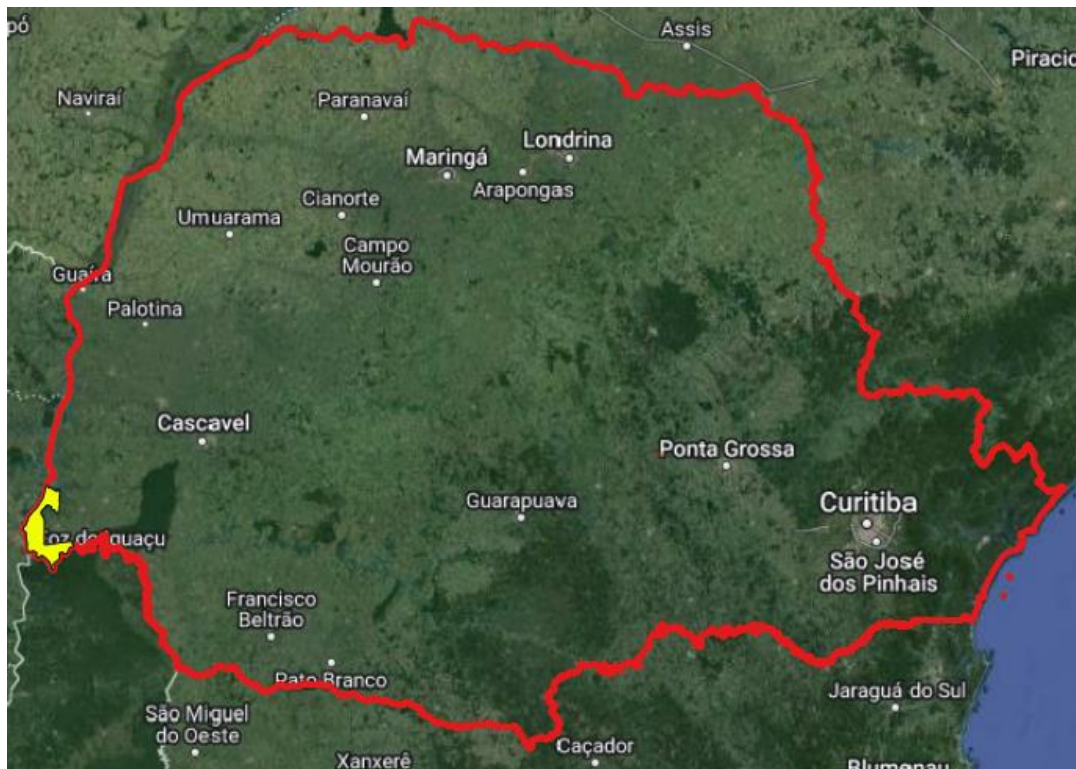
O assentamento de Vila Iguaçu inicialmente girou em torno da agricultura, com os colonos limpando a terra para a agricultura e estabelecendo operações agrícolas de pequena escala. O solo fértil e o clima favorável da região permitiram o cultivo de várias culturas, como a erva-mate, o fumo e, mais tarde, a soja. No entanto, o isolamento e o relevo acidentado representaram desafios para os primeiros colonizadores, exigindo resiliência e engenhosidade para serem superados.

A declaração de Vila Iguaçu como município em 1914 foi um marco significativo em sua história, significando sua crescente importância como centro regional. Com o estabelecimento de instituições governamentais locais, o desenvolvimento de

infraestruturas acelerou, incluindo a construção de estradas, pontes e edifícios públicos. O município continuou a atrair colonos e imigrantes, contribuindo para a sua diversidade cultural e vitalidade econômica.

Em 1918, a Vila Iguassu passou a chamar-se Foz do Iguaçu (Figura 6), reflexo da sua proximidade com as Cataratas do Iguaçu e da sua crescente importância como porta de entrada para a maravilha natural.

Figura 6: Localização de Foz do Iguaçu no Estado do Paraná



Fonte: Google Maps, 2024

Já em 1939, é criado o Parque Nacional do Iguaçu, perante decreto do então presidente da república Getúlio Vargas. Assim, a indústria do turismo em Foz do Iguaçu começou a florescer, atraindo visitantes de todo o mundo para apreciar as quedas d'água e explorarem o parque nacional e as reservas ecológicas ao redor.

Mas somente em 1939 foi criado o Parque Nacional do Iguaçu, através do Decreto Federal Nº. 1.035 de 10 de janeiro de 1939, assinado pelo presidente Getúlio Vargas. Tornou-se o segundo Parque mais antigo do Brasil, depois do Parque Nacional do Itatiaia, no Estado do Rio de Janeiro. Em 1º de Dezembro 1981, pelo Decreto Federal Nº 86.676, o Parque Nacional do

Iguaçu passou a contar com uma área de 185.262 hectares. (“ICMBio - Parque Nacional do Iguaçu - Quem Somos”, [s.d.]).

Ao longo do século XX, Foz do Iguaçu passou por novas transformações, impulsionadas por mudanças nas atividades econômicas e na dinâmica geopolítica. A construção da barragem de Itaipu, nas décadas de 1970 e 1980, um dos maiores projetos hidrelétricos do mundo, trouxe uma atenção renovada para a região, estimulando o crescimento econômico e a urbanização. A barragem, construída em conjunto pelo Brasil e pelo Paraguai, não só forneceu uma fonte de energia limpa, mas também impulsionou o desenvolvimento da infraestrutura e a expansão industrial na área.

Hoje, Foz do Iguaçu se tornou uma cidade multifacetada, complexa, misturando sua herança cultural com comodidades e atrações modernas. Sua localização estratégica no cruzamento do Brasil, Argentina e Paraguai posicionou-a como um importante centro de comércio, turismo e transporte na região.

2.2 — A PONTE DA AMIZADE E A ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO DE FOZ DO IGUAÇU

A construção da Ponte da Amizade (Figura 7) foi um marco significativo na história de Foz do Iguaçu, contribuindo com seu crescimento e promovendo conexões transfronteiriças entre o Brasil e o Paraguai. A ponte, que atravessa o rio Paraná, serve como um elo vital entre os dois países, facilitando o comércio, o turismo e o intercâmbio cultural.

A construção da Ponte da Amizade remonta a meados do século XX, no meio de esforços para aumentar a integração regional e a cooperação econômica na América do Sul. “Além disso, havia grande interesse em aumentar as relações com os países fronteiriços, em especial com o Paraguai (...)” (MASCARENHAS, 2017, p.2)

Figura 7: Ponte da Amizade em construção, 1961



Fonte: Foz do Iguaçu Antiga – Facebook

Disponível em:

<https://www.facebook.com/FozdoIguacuantiga/posts/pfbid02c2b2Fbjm7hWNuYZsw>

n11Vt8Up5LxawSz77b6HKLezBGkM1LbJ6Pf41eVJJD3nwl Acesso em: 9 de jul.

2024.

Assim, reconhecendo os potenciais benefícios de uma maior aproximação entre o Brasil e o Paraguai, os governos de ambos os lados da fronteira iniciaram negociações para a construção de uma ponte que ligaria Foz do Iguaçu à cidade paraguaia de Ciudad del Este (Figura 8).

Figura 8: Aduana Brasileira anos 1960



Fonte: Foz do Iguaçu Antiga – Facebook
Disponível em:

<https://www.facebook.com/FozdoIguacuantiga/posts/pfbid02DTVA1TNXFCyyNftS2PwBxmv5M9xSaiDR43sB4b7v1Zo6S25ESw1cF5SVJ2RuddE9I> Acesso em: 9 de jul. 2024.

A construção da Ponte da Amizade foi um esforço colaborativo envolvendo as autoridades brasileiras e paraguaias, bem como investidores privados e partes interessadas internacionais. Foram realizados estudos de planejamento e de viabilidade para determinar a melhor localização, concessão e modalidades de financiamento da ponte. Engenheiros e arquitetos trabalharam diligentemente para superar os desafios técnicos impostos pela largura e profundidade do rio, bem como considerações ambientais.

Em 29 de maio de 1956, os governos do Brasil e do Paraguai assinaram acordo para a construção de uma ponte sobre o rio Paraná, que seria batizada de Ponte da Amizade, e em 14 de novembro no mesmo ano foi formada a comissão Especial encarregada da execução da obra (...). (H2FOZ, 2016)

A construção da ponte começou no final da década de 1950, com a mobilização de mão de obra, maquinaria e materiais para o local da construção. O projeto apresentou inúmeros desafios logísticos e de engenharia. No entanto, através da cooperação dos países, a construção progrediu de forma constante e a ponte

começou a ganhar forma.

A conclusão da Ponte da Amizade, no início da década de 1960, anunciou uma nova era de conectividade e colaboração entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. A ponte proporcionou uma ligação vital para o transporte de bens e pessoas, facilitando o comércio local e o comércio transfronteiriço. Também abriu novas oportunidades para o turismo, já que os visitantes do Brasil e de outros países se reuniram para explorar as atrações e os mercados de ambos os lados da fronteira.

Economicamente, a Ponte da Amizade teve um impacto profundo em Foz do Iguaçu, impulsionando seu crescimento como um centro comercial regional. A ponte facilitou o fluxo de bens e serviços entre o Brasil e o Paraguai, estimulando a atividade comercial e os investimentos na região. Foz do Iguaçu emergiu como um importante centro de compras, com o fluxo de turistas e compradores impulsionando a demanda por produtos de varejo, serviços de hospitalidade e opções de entretenimento.

Social e culturalmente, a Ponte da Amizade promoveu laços mais estreitos e interações entre os moradores de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. A ponte tornou-se um símbolo de amizade e cooperação entre as duas comunidades, transcendendo as fronteiras nacionais e fomentando um maior sentimento de unidade e solidariedade entre os dois países. Os intercâmbios culturais floresceram, uma vez que pessoas de diversas origens se reuniram para celebrar tradições e valores comuns.

Em resumo, a construção da Ponte da Amizade desempenhou um papel fundamental na formação de Foz do Iguaçu, estabelecendo os laços com Ciudad del Este e abrindo novos caminhos para o intercâmbio econômico, social e cultural. Como um testemunho do poder da colaboração e da conectividade, a ponte continua a servir como um farol de amizade e cooperação na América do Sul.

Neste contexto, a intensificação do crescimento do município propriamente dita, ocorreu com a inauguração da Ponte Internacional da Amizade (que liga Brasil e Paraguai) no ano de 1965 e a inauguração da BR-277, que liga Foz do Iguaçu a Curitiba e ao litoral paranaense.

Sua relevância econômica é indiscutível, fazendo parte da Rodovia Panamericana, que se estende até a capital peruana. Além de escoar a produção do Porto de Paranaguá, a BR-277 é vital para o desenvolvimento socioeconômico, político, estratégico e turístico do Paraná e do Brasil. (REDAÇÃO 100FRONTEIRAS, 2023)

Assim, já em 1969, Foz do Iguaçu experimentou um crescimento decorrente do comércio.

2.3 — O PROJETO E CONSTRUÇÃO DA USINA DE ITAIPU

O ambicioso projeto de construção da Usina Itaipu teve seus primeiros avanços e estudos ocorrendo na década de 1960, com Brasil e Paraguai analisando o potencial hidráulico que existia na região do Rio Paraná que corre pelo limite internacional entre os dois países.

Em 1973, técnicos percorrem o rio de barco em busca do ponto mais indicado para a construção da Itaipu Binacional. O local é acolhido após a realização de estudos com o apoio de uma balsa. (“ITAIPU BINACIONAL | Líder mundial na geração de energia limpa e renovável”, [s.d.]

Após se notar um alto potencial em vários pontos, nasce a Itaipu Binacional em 1974. Ocorreu na metade da década de 1970 o início da construção e realização do projeto em si, culminando com a inauguração já no ano de 1984. Contudo, esse projeto teve várias fases e só foi terminado ao todo em 2016, de acordo com o plano de ter 20 unidades geradoras de energia. “No primeiro ano de atividade, 1984, foram gerados 277 megawatts. Conforme o cronograma, de duas a três unidades eram instaladas por ano” (“ITAIPU BINACIONAL | Líder mundial na geração de energia limpa e renovável”, [s.d.]).

A construção da hidrelétrica trouxe transformações para a cidade de Foz do Iguaçu e região, mudando totalmente o caminho em que seguiu o crescimento da cidade. Assim, a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu influenciou profundamente o desenvolvimento de Foz do Iguaçu, moldando sua economia, infraestrutura e tecido social. A barragem, um dos maiores projetos hidrelétricos do mundo, não só forneceu uma fonte significativa de energia limpa, mas também serviu como um catalisador para a transformação da região em geral.

Do ponto de vista econômico, a Usina de Itaipu trouxe oportunidades sem precedentes de crescimento e desenvolvimento para Foz do Iguaçu. A fase de construção da barragem gerou um aumento no número de empregos, atraindo trabalhadores de várias partes do Brasil e de outros países. Esse afluxo de mão de obra impulsionou um boom na economia local, pois as empresas que atendiam às necessidades dos trabalhadores da construção civil prosperaram. Além disso, o

projeto da barragem estimulou a demanda por bens e serviços, estimulando o setor terciário na região.

Além disso, a conclusão da Usina de Itaipu fez com que Foz do Iguaçu se tornasse uma referência no setor energético. A capacidade da barragem de gerar grandes quantidades de eletricidade não só atendeu às crescentes necessidades energéticas do Brasil e do Paraguai, mas também posicionou a região como um contribuinte significativo para a rede nacional.

A relevância dessa obra para a engenharia nacional se deve não só pelo seu tamanho e pelo que ela se tornou, mas também pelas técnicas e tecnologias pioneiras aplicadas na construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu (CELERE, 2021).

Esse novo status de polo energético atraiu investimentos e indústrias para Foz do Iguaçu, reforçando ainda mais sua vitalidade econômica.

Em termos de infraestrutura, a barragem de Itaipu provocou uma mudança transformadora na paisagem de Foz do Iguaçu (Figura 9). A construção da barragem exigiu o desenvolvimento de extensas redes de transporte, incluindo estradas, ferrovias e hidrovias, para facilitar o movimento de equipamentos, materiais e pessoal de e para o canteiro de obras. Esses projetos de infraestrutura não apenas melhoraram a conectividade na região, mas também lançaram as bases para o desenvolvimento e a expansão futuros.

Itaipu teve importância considerável na configuração da infraestrutura urbana da cidade. E não foi só a construção das casas na Vila A e Vila C; trata-se da via dupla ligando a cidade à obra – a Avenida Tancredo Neves (“40 anos: Itaipu transforma Foz em um dos maiores municípios do Paraná | ITAIPU BINACIONAL”, [s.d.]).

Além disso, o projeto da Usina de Itaipu estimulou investimentos em equipamentos e serviços públicos em Foz do Iguaçu.

Figura 9: Foz do Iguaçu na década de 1970



Fonte: Foz do Iguaçu Antiga – Facebook

Disponível em:

<https://www.facebook.com/Fozdolguacuantiga/posts/pfbid0X1KonJm7F99xYZthTTm2WBSk3MeAx3fEsur7mN9RrnigkE1RThefV1mEmQw59FbBI> Acesso em: 9 de jul.

2024.

A entrada de fundos e recursos associados à construção da barragem permitiu que o município melhorasse sua infraestrutura, incluindo o fornecimento de serviços públicos, instalações de saúde e instituições educacionais. Como resultado, Foz do Iguaçu experimentou melhorias na qualidade de vida de seus moradores, contribuindo para a atratividade geral da cidade como um lugar para se viver e trabalhar. Contudo, vale destacar que, apesar das melhorias na infraestrutura na cidade, decorrentes da construção da usina, nem todos se beneficiam igualmente desta nova situação.

Segundo dados da revista Construção da Pesada de 1979, Foz do Iguaçu registrou, durante quatro anos de obras, um aumento do número de estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços, aumento no número de casas ligadas por rede de esgotos, da rede de abastecimento de água e do número de telefones instalados, colocando Foz do Iguaçu na condição de um dos municípios de maior crescimento do Paraná naquele período (“40 anos de história”, [s.d.]).

Socialmente, o projeto da barragem de Itaipu provocou mudanças demográficas e culturais em Foz do Iguaçu.

O afluxo de trabalhadores migrantes de diferentes regiões do Brasil e de países vizinhos contribuiu para a diversidade cultural da cidade, enriquecendo seu tecido social com novas tradições, línguas e costumes.

Além disso, o projeto da barragem promoveu um senso de comunidade e solidariedade entre os moradores, que colaboraram para apoiar os esforços de construção e colher os benefícios do sucesso do projeto. “Na década de 1970/80, período da implantação da usina de Itaipu, a população cresceu em torno de 300%, passando de 34 mil para 136 mil habitantes, explica Alixandrini” (“40 anos: Itaipu transforma Foz em um dos maiores municípios do Paraná | ITAIPU BINACIONAL”, [s.d.]).

De modo geral, a barragem de Itaipu desempenhou um papel fundamental na formação da trajetória de desenvolvimento de Foz do Iguaçu, transformando-a de uma cidade de fronteira relativamente pequena em uma cidade média (com grande importância no oeste paranaense).

Como um símbolo do crescimento local, a barragem continua a ser, de certa forma, uma fonte de orgulho para os moradores de Foz do Iguaçu, incorporando sua resiliência, engenhosidade e aspirações para um futuro melhor.

CAPÍTULO 03 — ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA VILA C

3.1 – A CONSTRUÇÃO DAS VILAS A, B E C

Analisando a organização espacial de Foz do Iguaçu, se percebe que ela ainda representa essa época da construção da usina, que projetou essa divisão de vilas A, B e C. As Vilas A e B foram designadas para acomodar os responsáveis pela manutenção e operação da usina, sendo projetadas para durar após o término da construção. Já a história da Vila C, mais próxima da usina e longe do centro da cidade em si (Figura 10), está diretamente ligada à luta dos trabalhadores que participaram da execução da sua construção e suas famílias que ali moravam. Pensada inicialmente como temporária, a Vila C foi projetada para ser demolida após o término da construção da usina.

O funcionamento da Vila C e a sua história são pontos de extrema importância a serem estudados quando se trata do processo de urbanização da cidade de Foz do Iguaçu, assim como os desafios enfrentados pelos trabalhadores para garantir a existência da Vila C após a conclusão da construção da usina de Itaipu. E esse é o foco deste trabalho, que segue visando abordar a história da Vila C que foi, de certa forma, marginalizada no meio desse processo de urbanização de Foz do Iguaçu.

Figura 10: Localização da Vila C na cidade de Foz do Iguaçu



Fonte: Google Maps, 2024

Anos após a realização da construção, os efeitos do estabelecimento da Usina Itaipu em Foz do Iguaçu ainda permeiam a estrutura urbana da cidade e se expressam no modo como a urbanização de Foz do Iguaçu se moldou.

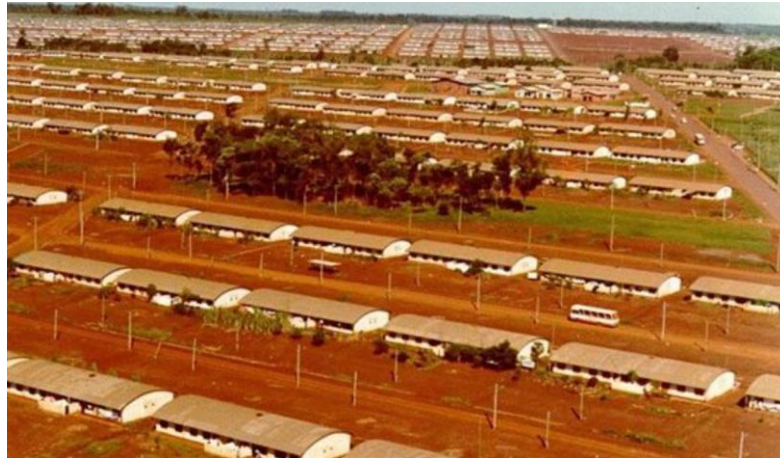
As construções da época do processo de realização do projeto da usina se apresentam como rugosidades que se expressam no território, revelando as muitas desigualdades socioespaciais que foram ocasionadas pela construção das Vilas e subsequente divisão delas. Essa divisão não só criou uma divisão física no espaço, como também teve efeitos no campo social e na visão dos moradores da cidade sobre quem ocupa cada uma dessas vilas.

3.2 — O FUNCIONAMENTO DA VILA C DURANTE A CONSTRUÇÃO DA USINA

A Vila C, localizada na região norte da cidade, tem toda sua história e origem ligada à construção da usina de Itaipu. Durante a construção da barragem de Itaipu, a região da Vila C desempenhou um papel crucial no apoio ao projeto e na acomodação dos trabalhadores e suas famílias (Figura 11). “Por sua vez, a Vila C abrigou os trabalhadores considerados de menor qualificação (carpinteiros, pedreiros, mestres de obra, eletricitas, etc), contratados pelos consórcios brasileiros.” (FONTES, 2022).

A Vila C foi um dos vários assentamentos de trabalhadores estabelecidos perto do local da barragem para fornecer moradia, comodidades e serviços para a força de trabalho envolvida na construção.

Figura 11 - Vila C durante a construção da Usina Itaipu



Fonte: LEHMT, 2022

Disponível em: <https://lehmt.org/lmt105-vila-c-de-itaipu-foz-do-iguacu-pr-endrica-geraldo/> Acesso em: 9 de jul. 2024.

Na época, a Vila C consistia principalmente em áreas residenciais onde viviam os trabalhadores e suas famílias. “(...) o conjunto C deveria ser a vila mais próxima do canteiro de obras, multifamiliares, destinada também a casados, geralmente serventes, carpinteiros, pedreiros, ou seja, trabalhadores ligados à construção de civil” (JESUS, 2008, p.3). As unidades habitacionais, eram apenas alojamentos básicos. “As casas eram basicamente de dois modelos diferentes. Havia um compartimento que formava quatro residências separadas, feitas em alvenaria (blocos de concreto) e armação de ferro, com cobertura de zinco” (JESUS, 2008, p.3). Portanto, analisando essas informações, a natureza da Vila C como um bairro devidamente pensado como algo temporário fica explícita na construção dessas moradias mais precárias para os trabalhadores.

Segundo Jesus (2008), a região foi dotada de infraestrutura essencial para o dia a dia. Estas incluíam instalações de cuidados de saúde, como ambulatórios médicos, centros comerciais, áreas de lazer (contando com parquinhos para diversão das crianças da área), instalações desportivas, e outras comodidades necessárias para o funcionamento de uma comunidade.

Jesus (2008) cita que a Vila C prestava vários serviços de apoio aos trabalhadores e às suas famílias por meio de um órgão que funcionava como uma prefeitura. Esses serviços abrangiam tudo, desde o transporte no assentamento e

para o local da barragem, até serviços públicos como abastecimento de água e eletricidade.

Mas, esse órgão, limitava a população em questões como a manutenção das suas moradias. Para além de proporcionar espaços de habitação, a Vila C facilitou os aspectos logísticos da gestão de uma força de trabalho tão massiva, o que era o objetivo da construção dela.

No geral, a Vila C serviu como um centro vital durante a construção da barragem de Itaipu, fornecendo apoio essencial à força de trabalho e contribuindo para a conclusão bem-sucedida do projeto.

3.3 — A LUTA DOS TRABALHADORES PARA SUA PERMANÊNCIA NA VILA C

Após a conclusão do projeto da barragem de Itaipu, os moradores da Vila C enfrentaram desafios e lutas em relação à sua permanência na região. Com a conclusão da barragem de Itaipu, muitos dos empregos que sustentavam a economia local de Vila C deixaram de existir; “reconheciam a desigualdade com relação ao que era oferecido aos outros trabalhadores da empresa e dos consórcios e, especialmente, sofriam a angústia de saber que seria passageiro e que, em pouco tempo, perderiam o emprego e os ‘benefícios’” (FONTES, 2022).

A fase de construção, que exigia uma mão de obra maciça, terminou, levando a demissões e perda de empregos para uma parcela substancial da população. O encerramento de empresas ligadas à construção e a diminuição da atividade econômica associada à conclusão da barragem provocaram uma recessão econômica na Vila C. A falta de novas oportunidades de emprego e a redução das fontes de rendimento criaram dificuldades financeiras para muitos residentes.

Embora Vila C estivesse bem equipada durante a fase de construção, a manutenção e a melhoria da infraestrutura tornaram-se um desafio após a conclusão do projeto. Questões como o envelhecimento das unidades habitacionais, instalações de saúde inadequadas e acesso limitado à educação e a outros serviços tornaram-se mais pronunciadas na medida em que a cidade crescia.

O fim do projeto da barragem de Itaipu também levou ao deslocamento social de muitos habitantes da Vila C. As famílias que haviam se estabelecido na região durante a fase de construção agora enfrentavam incertezas sobre seu futuro, incluindo a possibilidade de ter que se mudar para encontrar emprego em outro lugar.

Apesar desses desafios, os habitantes da Vila C se envolveram em esforços de resistência e defesa da comunidade para defender seu direito de permanecer na região.

Nestes espaços, cresceu o companheirismo com vizinhos e moradores, marcado por relações de solidariedade, identidade de classe e pela luta por direitos. Durante o período da redemocratização política do país, a região viu surgir os primeiros sindicatos, entre eles o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Foz do Iguaçu, fundado em 1986. A Vila abrigou assembleias de operários e, nas mobilizações e greves promovidas entre 1986 e 1987 chegou a ser cercada por tropas militares (FONTES, 2022).

Em resumo, a luta dos moradores da Vila C após a conclusão do projeto da barragem de Itaipu abrangeu dimensões econômicas, sociais, ambientais e políticas, exigindo esforços conjuntos de várias partes interessadas para enfrentar os desafios e garantir o bem-estar da comunidade.

3.4 — A ATUAL VILA C, “NOVA” E “VELHA”

Analisando todo o processo de construção e evolução da Vila C, “Nova” e “Velha”, temos que, “Construída em etapas, ela terminou dividida entre a chamada Vila C Nova e a Velha” (FONTES, 2022).

Até os dias de hoje, se percebe que a permanência dos operários foi o ponto chave na sua salvação e consolidação como um bairro permanente de fato, e não apenas um alojamento temporário (Figura 12 e 13). “Quarenta anos após o início das obras da Itaipu Binacional, a Vila C, bairro de Foz do Iguaçu criado para abrigar barrageiros e trabalhadores da construção civil, transformou-se e resistiu à ameaça de demolição” (SUCURSAL, [s.d.]).

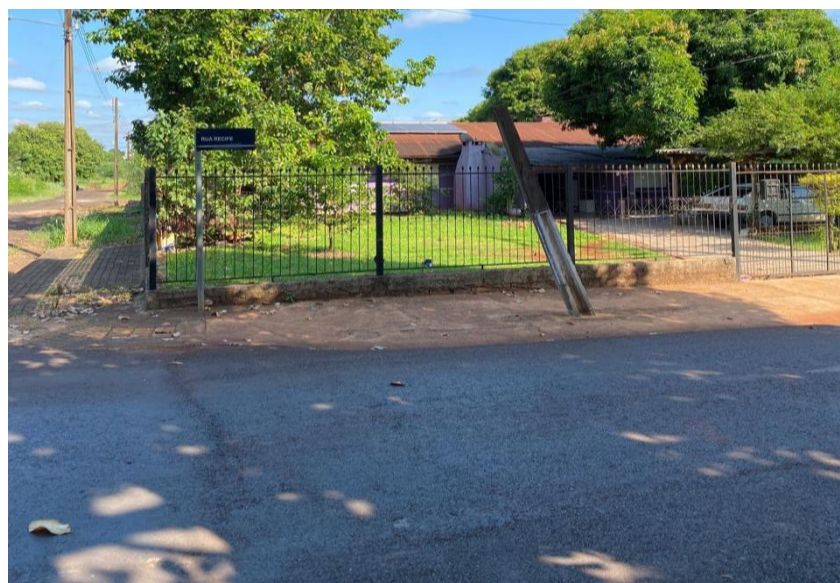
Figura 12 – Loteamento na Vila C



Fonte: O autor, 2024

Atualmente, em 2024, o bairro ainda resiste, contando com várias famílias. “A Vila C atualmente abriga famílias de homens e mulheres que trabalharam arduamente na construção da usina e que conquistaram o direito de permanecer. Ela marcou a vida de muitos/as trabalhadores/as que hoje criam e participam de coletivos dedicados ao compartilhamento de memórias e divulgação da história da Vila” (FONTES, 2022).

Figura 13 – Residência Localizada na Vila C



Fonte: O autor, 2024

Portanto, a Vila C como um todo é um bairro extremamente rico de contextos históricos da formação de Foz do Iguaçu, contudo, ainda sofre de muitos problemas por conta do seu processo de construção e as decorrências dessa urbanização planejada para ser temporária.

Anos após o término da construção da Usina de Itaipu, os desdobramentos desse planejamento ainda ditam muito do funcionamento dessa parte da cidade. Mas, mesmo assim, sua população segue ocupando a Vila C e carregando esse legado de resistência que é intrínseco à constituição do bairro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a realização deste trabalho foram abordados variados temas da Geografia que consistem majoritariamente dos processos relacionados à urbanização. Seguindo um panorama que abrange o processo de urbanização brasileiro e do estado do Paraná, essa pesquisa engloba as decorrências da construção da Usina de Itaipu no município de Foz do Iguaçu e como isso moldou sua malha urbana e o subsequente crescimento da cidade após o rápido avanço do seu crescimento em decorrência das atrativas oportunidades criadas pelo projeto que impulsionaram a migração para a cidade que antes tinha uma população ainda muito enxuta.

Chegando então, no ponto principal abordado, que é a Vila C e o movimento de resistência que ocorre ao fim da construção da usina, quando esse bairro que era planejado para ser apenas algo temporário durante a construção de Itaipu corre o risco de realmente ser demolido.

Neste contexto, os operários que ali se instalaram fizeram um movimento de resistência para garantir a permanência da Vila C, que para eles não era mais apenas um alojamento temporário e precário onde eles ficariam enquanto trabalhavam no projeto da Usina de Itaipu.

Vivendo e criando memórias nesse lugar, eles instalaram raízes no local por meio das experiências vividas nesse processo histórico.

Assim, conclui-se que, para falar da história de Foz do Iguaçu e seu processo de urbanização, é imprescindível mencionar a Vila C, um bairro que é rico de história desses primeiros processos que fizeram a cidade de Foz do Iguaçu crescer e se tornar o que é atualmente, ou seja, uma cidade com oportunidades, desafios e, ainda, muitas contradições socioespaciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 40 anos: Itaipu transforma Foz em um dos maiores municípios do Paraná | ITAIPU BINACIONAL. Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/40-anos-itaipu-transforma-foz-em-um-dos-maiores-municipios-do-parana>>. Acesso em: 9 jul. 2024.
- ARQUIVO NACIONAL. Exposições Virtuais - A Marcha para o Oeste: a conquista do Brasil Central. Disponível em: <<https://exposicoesvirtuais.an.gov.br/index.php/galerias/10-exposicoes/314-a-marcha-para-o-oeste-a-conquista-do-brasil-central.html>>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- AZEREDO, L. A história da urbanização brasileira. www.wribrasil.org.br, 27 maio 2019. Acesso em: 9 de jul. de 2024.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Suas: configurando os eixos de mudança. Brasília: MDS, 2008. (CapacitaSUAS, v. 1).
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Segregação socioespacial e o "Direito à Cidade". GEOUSP Espaço e Tempo (Online), v. 24, n. 3, p. 412-424, 2020.
- CELERE, E. Construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu – uma jornada épica. Disponível em: <<https://celere-ce.com.br/grandes-obras-da-engenharia/construcao-usina-hidreletrica-de-itaipu/>>. Acesso em: 9 de jul. 2024.
- DEAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Terezinha Ramos. O processo de urbanização no Brasil. Edusp, 1999.
- DE MARTINS, Lavínia Raquel Martins; VAN DE MEENE RUSCHMANN, Doris. Desenvolvimento histórico turístico estudo de caso: Foz do Iguaçu–PR. VI Semintur-Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 2010.
- DIAS, E. DOS S.; PIMENTA, M. DE C. A. A ação de uma companhia privada de colonização no processo de ocupação do Norte Paranaense. Tempos Históricos, v. 4, n. 1, p. 111–135, 1 jan. 2000.
- Estado Novo e a Marcha para o Oeste. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/estado-novo-marcha-para-oeste.htm>>. Acesso em: 9 jul. 2024.
- FALCÓN, Maria Lúcia de Oliveira Falcón. A rede de cidades e o ordenamento territorial. 2015.
- FONTES, P. LMT#105: Vila C de Itaipu, Foz do Iguaçu (PR) – Endrica Geraldo. Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho, 17 mar. 2022. Disponível em: <<https://lehmt.org/lmt105-vila-c-de-itaipu-foz-do-iguacu-pr-endrica-geraldo/>>. Acesso em: 25 mar. 2024

Gentrificação. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/gentrificacao>>.

História. Disponível em: <<https://www.der.pr.gov.br/Pagina/Historia>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

ICMBio - Parque Nacional do Iguaçu - Quem Somos. Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/parnaiguacu/quem-somos.html>>.

IPEA. História - Usina Hidrelétrica de Itaipu. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2328:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 3 set. 2023.

ITAIPU BINACIONAL | A maior geradora de energia limpa e renovável do planeta. Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br/nossahistoria>>. Acesso em: 9 de jul. 2024.

JESUS, Rodrigo Paulo de. Aspectos da constituição urbana de Foz do Iguaçu: experiência dos moradores do bairro Vila C (1976-2006). Londrina: Editora da Uel, 2008.

JÚNIOR, José Carlos Ugeda. Planejamento da paisagem e planejamento urbano: reflexões sobre a urbanização brasileira. Revista Mato-Grossense de Geografia, v. 17, n. 01, 2014.

Mascarenhas, Milena. (2017). A Ponte da Amizade selando as relações Brasil-Paraguai. RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade. 3. 10.23899/relacult.v3i3.632.

MOREIRA, Ruy. Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. Editora Contexto, 2011.

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises. Coletâneas do nosso tempo, v. 8, n. 08, 2010.

REDAÇÃO 100FRONTEIRAS. BR-277: você conhece a história da rodovia? Disponível em: <<http://100fronteiras.com/historia-de-foz/noticia/br-277-voce-conhece-a-historia-da-rodovia/>>. Acesso em: 2 de fev. 2024.

REOLON, Cleverson. (2007). Colonização e urbanização da Mesorregião Oeste do Paraná (1940-2000). Raega - O Espaço Geográfico em Análise. 13. 49-57. 10.5380/raega.v13i0.5505.

SANTOS, M. A urbanização brasileira. [s.l.] EdUSP, 2005.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. Território, Globalização e Fragmentação. São Paulo: Editora Hucitec/ANPUR, p. 213-220, 1994.

SAQUET, Marcos Aurelio; DA SILVA, Sueli Santos. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. Geo Uerj, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2008.

SCHALLENBERGER, E.; SCHNEIDER, I. E. Políticas de Colonização: Uma Análise da

Região Oeste do Paraná Antes e Depois do Golpe Militar de 1964. *Revista de Estudos Sociais*, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 163–176, 2011. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/239>. Acesso em: 9 jul. 2024.

SCHÜRMANN, B. Urbanização colonial na América Latina: cidade planejada versus desleixo e caos. T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A. *Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB.*, [S. l.], v. 7, n. 1-2, p. 149–178, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27798>. Acesso em: 10 out. 2023.

SUCURSAL, D. P., da. A vila dos barrageiros de Itaipu sobreviveu. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/a-vila-dos-barrageiros-de-itaipu-sobreviveu-9pj3efd489sdm4xatj02buwjy/>. Acesso em: 01 abr. 2024.

VASCONCELOS, P. de A. A cidade, o urbano, o lugar. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 11 -15, 2006. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geosp.1999.123359.